

ÍNDICE

| l. | INTRODUÇÃO3 |
|-----|---|
| II. | Modelo Estratégico para o Desenvolvimento Social do Município de Ourém 6 |
| ı | Eixo Estratégico INCLUSÃO SOCIAL8 |
| ı | Eixo Estratégico ENVELHECIMENTO E LONGEVIDADE9 |
| I | Eixo Estratégico PREVENÇÃO DE RISCOS SOCIAIS11 |
| I | Eixo Estratégico DIREITOS E CIDADANIA12 |
| - | – O contributo do Diagnóstico Social13 |
| IV | – O Plano de Desenvolvimento Social18 |
| ١ | DESAFIOS E RESPOSTAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL |
| | Área de Intervenção Prioritária- Estratégia Local de Acolhimento e Integração de |
| | Imigrantes24 |
| I | DESAFIOS E RESPOSTAS PARA O ENVELHECIMENTO E LONGEVIDADE |
| | Área de Intervenção Prioritária - Estratégia Local para o Envelhecimento Digno 31 |
| ١ | DESAFIOS E RESPOSTAS PARA A PREVENÇÃO DE RISCOS SOCIAIS |
| | Área de Intervenção Prioritária- Estratégia Local de Resposta aos Problemas |
| | Sociais35 |
| I | DESAFIOS E RESPOSTAS PARA OS DIREITOS E CIDADANIA40 |
| V - | - COMENTÁRIOS FINAIS45 |
| | Monitorização e Avaliação do Plano de Desenvolvimento Social46 |

I. INTRODUÇÃO

O Plano Desenvolvimento Social (PDS) de Ourém, surge num momento único da vida deste município, no qual se assiste a importantes desafios e transformações do seu tecido social e constitui-se como um compromisso para com a população que aqui reside, trabalha ou, mais indiretamente, com quem visita Ourém.

O desenvolvimento social dirige-se, sobretudo, a quem vive e trabalha neste Município, mas o seu impacto pode chegar a todos aqueles que travem conhecimento com a realidade social Oureense, como é o caso dos turistas e peregrinos que atingem anualmente cerca de 5 milhões de pessoas.

Enquanto instrumento que define a visão, os princípios, os objetivos estratégicos e os objetivos operacionais, pelos quais o Município pretende orientar a sua ação nas áreas da ação social durante o triénio 2024-2027, a sua elaboração seguiu de perto os principais documentos orientadores nacionais e europeus que endereçam as diferentes problemáticas sociais, nomeadamente:

- o Plano de Ação sobre a Integração e a Inclusão 2021-2027
- o A Estratégia Nacional de Combate à Pobreza
- A União da Igualdade: Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030
- o Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025
- o Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação, ENIND, 2018-2030
- O Plano de Ação da Garantia para a Infância
- o A Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (2017-2025)

O desenho seguido para a elaboração do PDS, teve por base o Diagnóstico Social realizado nos primeiros meses de 2024. Este exercício, consultável em documento autónomo, proporcionou uma análise detalhada da situação demográfica e das condições sociais e económicas do município.

O facto demográfico de enorme amplitude social e económica quantos às suas consequências é, indiscutivelmente, o envelhecimento populacional decorrente do aumento absoluto e proporcional de pessoas com mais de 65 anos a residirem nas 13 freguesias de Ourém.

Enquanto fonte fundamental para o conhecimento das principais problemáticas, riscos socias e potencialidades de Ourém, o Diagnóstico serviu de base para o desenho de estratégias de intervenção específicas, e confirmou a importância das ações e respostas sociais existentes e implementadas no terreno.

É importante sublinhar que a Autarquia de Ourém, autonomamente (por via da sua iniciativa política), ou em parceria com outras instituições, dispõe de um vasto acervo de ações, e concretiza, em crescendo, respostas sociais, que em muito extravasam a simples animação cultural, o apoio unipessoal ou familiar em situações de carência, para se situarem num terreno de sociabilidade alargada.

Isto significa, concretamente, a capacidade para estabelecer redes que suportam as atividades existentes, de as manter e de lhes transmitir um sentido de humanidade, ou seja, de solidariedade, seja ela designada por social, geracional, intergeracional, ou como se queira adjetivar.

O desenvolvimento social, é disto que se trata, pretende, na sua essência, colocar as pessoas no centro das estratégias de desenvolvimento, assumindo-se como um processo que favorece prioritariamente a integração social das pessoas mais pobres e excluídas, reforçando a sua autonomia e contribuindo para se construírem comunidades mais justas e coesas, com instituições mais transparentes. Mas o desenvolvimento social pode ir mais longe do que a assistência ao próximo, e deve almejar, o empoderamento das pessoas e das suas comunidades.

Há uma diferença entre desenvolvimento social e crescimento económico que nunca é demais sublinhar: este último respeita ao aumento da riqueza que é produzida num determinado período, em geral um ano, e mede-se pela relação simples e direta entre todo o valor acrescentado criado numa economia por pessoa (PIB *per capita*).

Esse crescimento económico e o seu valor efetivo são muito importantes para o desenvolvimento social, desde logo porque podem ajudar a financiá-lo, mas este foca-se no bem-estar das pessoas, no acesso aos recursos que proporcionam esse bem-estar, inclui as preocupações com a qualidade de vida dos cidadãos, e a sua medição é de uma natureza diferente do crescimento económico (e mais complexa).

As autarquias têm um papel fundamental no desenvolvimento social, graças ao seu conhecimento profundo e direto do território e das necessidades da população. A proximidade aos cidadãos permite uma atuação mais eficaz e ajustada às especificidades locais.

Com a descentralização de competências da Administração Central para os municípios (e destes para as Juntas de Freguesia em certas matérias) o principal objetivo de dotar o poder local de todos os instrumentos para, é, de forma ágil e concreta, contribuir para a resolução dos principais problemas das populações. Em áreas vitais como a ação social, educação, habitação e saúde, pode ser possível implementar estratégias locais de políticas sociais que façam a diferença.

O desenvolvimento social é, portanto, um instrumento de **desenvolvimento da sociedade no seu todo e para todos nas suas múltiplas dimensões** – da educação à saúde, da habitação ao emprego, da igualdade de género à segurança. Na mente de quem o proporciona não estará apenas a preocupação pela satisfação das necessidades materiais dos mais desvalidos (o que já não seria de somenos), mas a preocupação com o bem-estar de todos.

Constituem objetivos centrais do Plano de Desenvolvimento Social de Ourém, os seguintes:

- Promover a coesão social Assegurar a inclusão de todos os cidadãos, independentemente da sua condição social, económica ou demográfica.
- Reduzir as desigualdades sociais implementar medidas eficazes no combate à pobreza e à exclusão social.
- Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos de todas as idades e condições, garantido um melhor acesso à educação, à saúde, à habitação e ao emprego.

- Fortalecer as redes de apoio social de Ourém (sociabilidade), reconhecendo o seu papel e contributo em torno dos mesmos valores e princípios de ação e promovendo a colaboração entre instituições públicas, privadas e comunitárias.
- O **Aprofundar os valores da cidadania**, pelo respeito da dignidade das pessoas e promovendo as responsabilidades individuais e institucionais.
- Valorizar o alinhamento e a integração das respostas sociais privilegiando uma abordagem pragmática que identifique e elimine redundâncias de intervenção.
- Promover uma abordagem global das respostas sociais que tenha em conta as diferentes interligações entre causas e efeitos das problemáticas sociais.
- Acolher e integrar quem se fixa, otimizando a presença de muitos novos residentes, maioritariamente provenientes do estrangeiro, nas suas distintas origens e condições sociais.

Estes objetivos norteados pelos princípios de ação da Autarquia - **subsidiariedade**, **integração**, **articulação**, **participação** e **inovação** – asseguram, no seu conjunto, uma identidade própria e única a este Plano.

No processo da sua elaboração, foi criado um modelo de intervenção, constituído por 4 **Eixos Estratégicos de Ação**, em torno dos quais foram associados 18 **domínios de intervenção** que refletem as diversas problemáticas sociais que o Município enfrenta, e para as quais se organizam as respostas mais adequadas para a sua mitigação, as já existentes e as que são agora propostas.

Com efeito, e naturalmente, **fazem parte integrante** do Plano de Desenvolvimento Social de Ourém aqui apresentado, as várias e diversificadas iniciativas, projetos e respostas sociais que o Município, em articulação com as Instituições e organizações da Rede Social, tem concretizado ao longo dos últimos anos.

Para o conjunto de problemáticas sociais que se tornaram mais evidentes pelo Diagnóstico efetuado e que, nesta altura, impactam o bem-estar das pessoas, criando pressão sobre a comunidade e os serviços, são apresentadas propostas de ação, designadas por 'Estratégias Locais de Intervenção Prioritária'.

No conjunto das políticas locais de Ourém, o **desenvolvimento social desempenha um papel essencial, interligando-se com outras áreas** como o desenvolvimento económico, urbanismo e habitação, educação, saúde, ambiente, proteção civil e segurança pública.

A integração destas políticas, e quando existem, documentos estratégicos correspondentes, é crucial para garantir que todas as ações contribuem para o bem-estar social dos cidadãos, promovendo um desenvolvimento equilibrado e sustentável, sem obstaculizar o crescimento económico. Este crescimento é obtido parcialmente pelo labor do setor privado, e este setor é, genericamente, parceiro do desenvolvimento social e, nalguns casos específicos, pode ser ainda mais do que isso: pode ser um ator relevante através da sua adesão a iniciativas de responsabilidade social corporativa.

O PDS atua enquanto promotor da articulação das diversas políticas locais em benefício das pessoas para alcançar um impacto social positivo. Daí que a sua prossecução deva ser acompanhada ao mais alto nível da governação local.

Em resumo, o PDS de Ourém é um instrumento essencial para promover a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos, baseado num diagnóstico rigoroso e numa estratégia integrada que visa responder às necessidades identificadas e promover um desenvolvimento social inclusivo e sustentável, que deve contar, inexoravelmente, com a participação dos munícipes.

II. Modelo Estratégico para o Desenvolvimento Social do Município de Ourém

O município de Ourém enfrenta, diariamente, uma multiplicidade de exigências que são hoje endereçados através de uma grande diversidade de respostas sociais. Esta capacidade, associada à inovação em algumas das respostas existentes, são uma característica inquestionável do Município e valorizada a nível nacional e internacional.

Reconhecendo-se o mérito das diferentes iniciativas e projetos que são implementados sucessivamente, um a um, revelando capacidade de resposta, entendeu-se que a sua organização, através de um modelo que promova a coerência e a articulação entre as diversas iniciativas no terreno, potenciará um maior sucesso e eficácia no terreno. Este Modelo estrutura-se do seguinte modo:

- 4 Eixos Estratégicos de Ação entendidos como áreas de foco que endereçam os problemas e desafios identificados no Diagnóstico e acolhem áreas de oportunidade para a melhoria do trabalho já realizado em Ourém;
- **18 Áreas de Intervenção**, distribuídas por cada Eixo Estratégico, que traduzem as várias componentes de intervenção e que, no seu conjunto, contribuem para os seus objetivos;
- As Respostas Sociais (Programas, Projetos e Iniciativas), associadas a cada Área de Intervenção e que traduzem as abordagens consideradas mais adequadas para, no terreno, resolver os problemas identificadas (cfr. Figura 1)



Figura 1 – Modelo Estratégico para o Desenvolvimento Social de Ourém

Este modelo traz, acima de tudo, um maior sentido de intencionalidade entre o trabalho realizado ao nível das respostas sociais e a visão e objetivos do desenvolvimento social do Município, permitindo identificar com maior facilidade o que em cada momento se está a realizar para uma área em concreto (por exemplo, 'as respostas do Município para promover o Envelhecimento Ativo' ou endereçar os 'Riscos Sociais').

Ao mesmo tempo que se promove essa coerência, este modelo mobiliza a interdependência entre as várias áreas, obrigando a uma ação coordenada e alinhada entre todas as atividades desenvolvidas, minimizando esforços e maximizando resultados.

Os 4 Eixos identificados como os pilares base para a estratégia no domínio do Desenvolvimento Social de Ourém são (ver Figura 2) os seguintes:

- 1) A Inclusão Social;
- 2) Envelhecimento e Longevidade;
- 3) Prevenção de Riscos Sociais;
- 4) Direitos e Cidadania.

Figura 2 – Os 4 Eixos Estratégicos e Áreas de Intervenção do PDS de Ourém



Para completar a explicação do Modelo proposto, cabe clarificar a natureza das iniciativas já existentes e das iniciativas propostas, de acordo com a seguinte classificação:

- **Sensibilização** é a divulgação generalizada, ou especifica para públicos-alvo previamente identificados, de mensagens que têm como objetivo a consciencialização para uma determinada temática, fenómeno ou problemática.
 - Exemplo: sensibilização para a importância de controlo regular do estado de saúde a partir dos 50 anos, explicando as suas vantagens e os riscos de nada fazer.
- **Capacitação** é a transmissão de conhecimento (capacitação) dirigido a um públicoalvo sobre temática ou problemática que lhe diz, prioritariamente, respeito.

Exemplo: ação de informação sobre apoios à mobilidade e acessibilidade dirigida aos familiares de pessoas com deficiência.

• **Ação** – é a concretização material de uma intenção ou fase de um plano que visa criar ou modificar uma determinada situação.

Exemplo: criação de um modelo-tipo para registo de pedidos de Atestados de Residência, visando obter informação considerada vital para apoio à integração de imigrantes.

Eixo Estratégico INCLUSÃO SOCIAL

O Eixo Estratégico Inclusão Social tem uma profunda observação ética que decorre de como se entende dever ser uma comunidade, assente nos princípios fundamentais da igualdade de oportunidades e da solidariedade social, e dá resposta a um conjunto de problemas sociais já conhecidos (ver Diagnóstico), mas onde se têm registado nos últimos anos algumas mudanças, de que são exemplo,

- a) níveis de pobreza fora dos radares formais de monitorização (e que ainda não se compreende inequivocamente se é uma pobreza mais conjuntural ou estrutural);
- b) o aumento das necessidades de apoio a pessoas com deficiência e do nível de complexidade, ou ainda;
- c) o aparecimento de problemáticas emergentes de que são exemplo o incremento significativo da imigração neste território e as pessoas em situação de sem-abrigo.

O Município de Ourém, ao implementar este Eixo, em colaboração e articulação com as diversas entidades locais e nacionais, tem como objetivo essencial:

"promover uma comunidade inclusiva e solidária, apoiando os seus elementos em situação de maior fragilidade, garantindo a igualdade de oportunidades, e a criação de condições que permitam eliminar as desigualdades sociais e a integração plena de todos".

Sendo a inclusão social uma das áreas de intervenção, habitualmente mais trabalhada na área de Ação Social, as novas dinâmicas sociodemográficas, socioeconómicas e socioculturais, exigem novos modelos de abordagem e de trabalho.

Fazem parte deste do Eixo Estratégico Inclusão Social, 4 Áreas de Intervenção:

- Pobreza, Exclusão e Desigualdade Social
- Apoio à Deficiência e às Incapacidades
- Imigrantes e Refugiados
- Pessoas em situação de Sem-Abrigo

Eixo Estratégico – Inclusão Social Empdigar e potreza e a designatidade social nas, crianças, jovens e familias Promover a integração plena na sociedade Quadificar para promover oportunidades de Pobreza, Exclusão ampresto e desenvolvimento profesional Apolar as familias em situação de carência e Designaldade Social Singilizar precodements bessores em situação de sem-abrigo Apticar medidas preventivas. Promover a sua integração Apolo à 900 00 eficiéncia e Sem Abrigo ncapacidade Appliar, e reabilitar física e socialmente pessoas, de qualquer idade, incapacitadas Promover a apoth imento e/ou portadoras de deficiência Integrar de forme plene imigrantes e Applher temporarismente ou em permapência e as ourse families run vertentes Refugiados Sugs hamilies de educação, mercado de trabalho e Criar ambjentes inclusivos e acessiveis participação cívica social e cultural

Figura 3 – Áreas de Intervenção da Inclusão Social

Eixo Estratégico ENVELHECIMENTO E LONGEVIDADE

A demografia é um dado incontornável na ocupação e desenvolvimento de um qualquer território. Em Ourém essa influência alargada da população, do seu volume e estrutura, da sua dinâmica (nascimentos, óbitos, entradas e saídas de pessoas), não é exceção e faz-se sentir fortemente.

Assim é, porque à semelhança de muitos outros a nível nacional, Ourém tem vindo a ser marcado por um envelhecimento gradual da sua população, atingindo-se em 2023¹ valores históricos no número de pessoas com 65 e mais anos de idade – 12.558, que representam 27% da população local.

Esta proporção de pessoas coexiste com uma diminuição histórica de nascimentos, embora irregular, que registou em 2023 o número de 333 nascimentos, valor precisamente igual ao de 2019, mas muito aquém dos registos do início do século (488 em 2000). A diferença, de lá para cá, decorre do facto de há dez anos (para não recuar mais), 8% das crianças que nasceram em Ourém eram filhas de mães estrangeiras: hoje são 17%.

Outra grande causa para o envelhecimento da população está no aumento da esperança de vida, nomeadamente dos mais velhos, que aumenta cerca de 1 ano de vida em cada década, e que agora está muito próxima dos 20 anos (à idade dos 65 anos), mesmo com o revés da pandemia que ocorreu em 2020/2022.

¹ De acordo com a projeção do INE, de 17 junho 2024

Finalmente, o aumento absoluto do número de pessoas idosas também decorre do impacto do retorno dos ex-emigrantes, que regressam mais velhos, reforçando a fileira do envelhecimento no município. Considerando apenas a última década (de 2011 a 2021), 1.191 pessoas (702 homens e 489 mulheres), com mais de 65 anos, regressaram a Ourém após período de emigração: ou seja, cerca de 10% do total de idosos que hoje residem neste território.

Neste Eixo Estratégico do ENVELHECIMENTO E LONGEVIDADE as áreas de intervenção não se podem basear nem definir objetivos de reversão do fenómeno do envelhecimento. Mais do que uma utopia, pois este fenómeno inscreve-se numa **transição demográfica** que nem as forças nem as oportunidades plasmadas no Plano Sénior de 2020/2021 que Ourém aprovou, nem a mais férrea vontade política poderão alterar, seria um erro de avaliação grave pensar a rejuvenescer a estrutura populacional. Mas fazem sentido algumas **estratégias adaptativas e de mitigação de efeitos** que podem estancar, a médio-prazo, este envelhecimento e, sob determinadas circunstâncias, reverter parcialmente a tendência há muito instalada.

A fixação de novos moradores, pela imigração, sobretudo se corresponder a uma estadia prolongada das suas famílias, com o aparecimento de filhos, pode ajudar duplamente: mais crianças e mais ativos, mas não retira efetivos ao topo da pirâmide.

Com o aumento do envelhecimento e da longevidade da população, o aumento das necessidades relativas a cuidados de saúde e assistencial será inevitável, reforçando ainda mais a pressão sobre estes serviços. Esta constatação também já aparecia no exercício SWOT do Plano Sénior da Autarquia, e tem validade quer para as freguesias urbanas, quer para as rurais. Nesta perspetiva, a análise dos recursos existentes por freguesia torna claro o quadro de recursos e de necessidades.

A nível local podem ser desenvolvidas medidas de prevenção nas idades mais precoces do envelhecimento por forma a diminuir as situações futuras de dependência e diminuição da condição física e mental dos mais velhos, especialmente as relacionadas com quadros demenciais.

Uma estratégia consolidada das políticas locais para o envelhecimento, que concilie as dimensões assistencial e preventiva, permitirá encarar o futuro das diferentes gerações de idosos de forma mais positiva.

O Município de Ourém, ao implementar este Eixo, em colaboração e articulação inalienável com as diversas entidades locais e nacionais, tem como objetivo essencial:

Promover a qualidade de vida dos idosos, a sua autonomia e bem-estar, no respeito pela sua dignidade. Apoiar a população idosa mais vulnerável do ponto de vista de saúde, garantindo o seu acompanhamento.

Fazem parte deste Eixo Estratégico 4 áreas de intervenção:

- O envelhecimento ativo;
- o A prevenção do isolamento e da solidão dos idosos;
- o A habitabilidade e segurança;
- o A Rede Social de apoio aos idosos.

Eixo Estratégico - Envelhecimento e Longevidade Promover o envelhecimento ativo e saudável Garantir aos idosos uma vida com autonomia e independência Promover a dignidade e os direitos dos velhecimento Ativo Sinalizar situação de habitabilidade de risco Resolver os casos mais prementes Criar Plano de prevenção Rede Social de Habitabilidade e atuação precoce Apoio a Idosos de e Segurança Ourém Ativar a Rede Social de apoio a idosos de Ourém, enquanto promotora de serviços e Sinalizar os idosos em isolamento programas ajustados às necessidades ou em solidão em zona rural ou Prevenção Criar a Carta dos Direitos dos idosos de urhana Isolamento e Promover a convivialidade familiar e comunitária

Figura 4 – Áreas de Intervenção do Envelhecimento e Longevidade

Como em outros Eixos Estratégicos, cabem nas diferentes Áreas de Intervenção iniciativas de sensibilização, de capacitação e de ação.

Eixo Estratégico PREVENÇÃO DE RISCOS SOCIAIS

Os registos de ocorrências associados à violência doméstica sobre crianças, jovens e adultos, a delinquência juvenil, a criminalidade ou os comportamentos aditivos em Ourém, ainda que em linha, ou mesmo abaixo dos valores nacionais e regionais, sublinham a necessidade da definição de uma estratégia local de prevenção e redução destes riscos sociais.

Se analisadas separadamente, estas situações correm o risco de ser encaradas como inevitabilidades sociais, tomando-se como permanências, mas importa reconhecer que no seu conjunto podem ser sinais de pequenas e silenciosas transformações na comunidade, assumidamente indesejáveis.

Identificar a sua génese e o contexto em que cada situação se manifesta não pode ser entendido com uma qualquer cedência ética e moral ou complacência. A compreensão sociológica das condutas desviantes e fortemente ofensivas da ordem pública e da paz e tranquilidade serve, unicamente, para ajudar a desenhar melhores respostas. Só uma ação articulada e assente no conhecimento detalhado e sustentado destas problemáticas poderá apoiar a criação de planos de ação capazes de endereçar as raízes destes problemas sociais, contribuindo para a sua redução e erradicação.

O Município de Ourém, ao implementar este Eixo, em colaboração e articulação com as diversas entidades locais e nacionais, tem como objetivo essencial:

A construção de um ambiente seguro que proporcione uma vivência e desenvolvimento pessoal e coletivo harmonioso de todos os cidadãos.

Fazem parte deste Eixo Estratégico 5 áreas de intervenção: a) Violência Doméstica; b) Comportamentos Aditivos e Dependências; c) Saúde Mental; d) Incivilidades Juvenis; e) Criminalidade.



Figura 5 – Áreas de intervenção da Prevenção Riscos Sociais

Eixo Estratégico DIREITOS E CIDADANIA

A intervenção do Município em áreas onde as políticas públicas nacionais têm habitualmente maior preponderância, não constitui qualquer limitação para a criação de iniciativas locais para resolver problemáticas sociais. Aliás, e como explicita, e bem, o Plano Estratégico Educativo Municipal de Ourém 2020-2024, «as estruturas de apoio social não são dissociáveis da política educativa, podendo a escola e a Rede Social possuir um papel relevante na identificação e resolução de problemas sociais que afetem crianças e jovens. Se é expectável um trabalho colaborativo entre todas as instituições, esta necessidade torna-se ainda mais premente entre as escolas e as estruturas de apoio social» (página 50).

É o conhecimento do terreno e da proximidade com os cidadãos que torna as estratégias e políticas locais mais eficazes na resolução problemas reais da população, porquanto são pensadas de forma holística e fundamentada (*problem-oriented*).

O Município de Ourém, ao implementar este Eixo DIREITOS E CIDADANIA, em colaboração e articulação com as diversas entidades locais e nacionais, tem como objetivo essencial:

'Garantir os Direitos fundamentais dos residentes no Município de Ourém, promovendo uma cidadania ativa e responsável capaz de assegurar um futuro que garanta a realização pessoal e profissional das novas gerações' Fazem parte deste Eixo Estratégico 5 áreas de intervenção: a) Família e Infância; b) Habitação; c) Igualdade de Género; d) Qualificações e Empregabilidade; e) Saúde.



Figura 6 - Áreas de intervenção dos Direitos e Cidadania

III – O contributo do Diagnóstico Social

As dimensões de análise da realidade social consideradas no diagnóstico social de Ourém permitem a identificação de situações sensíveis, as quais devem ser consideradas num plano de desenvolvimento social que tem por objetivo a promoção da qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos. Isto acontece porque nem todas as mudanças são as desejadas, ou ainda que o sejam, provocam efeitos considerados indesejados, que não queremos que perdurem.

Essas situações sensíveis não traduzem um juízo crítico sobre o passado e o presente deste município. Elas emergem como **problemas sociais** (ver Glossário no relatório do Diagnóstico Social) porque as suas circunstâncias e os seus efeitos são indesejados e devem ser mitigados, ou mesmo erradicados.

Por detrás de um problema social encontramos sempre uma ou várias **vulnerabilidades**, que são entendidas como debilidades de um sistema social, gerando uma **ameaça** a esse mesmo sistema e alimentando **riscos**, com consequências nefastas. **O risco é, assim, a consequência que queremos evitar**. É, por conseguinte, algo que deve ser identificado, enfrentado e resolvido (ou pelo menos mitigado).

Seguindo estas premissas, o Diagnóstico Social procurou encontrar pontos sensíveis, que se entendem como problemas sociais, i.e., como factos perturbadores da vida social que interpelam as pessoas e se deseja ver eliminados), alimentados por uma ou mais vulnerabilidades e que comportam riscos indesejados. As sínteses que se podem ler nas

páginas seguintes foram elaboradas à luz deste racional, e respeitam às chamadas dimensões macro do Diagnóstico Social.

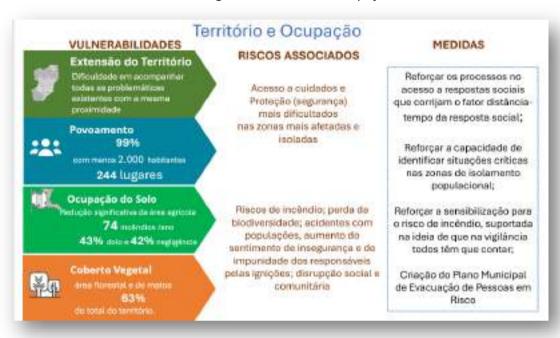


Figura 7 - Território e Ocupação

Através do Diagnóstico, que convocou muitas variáveis, concluiu-se que a extensão territorial, o povoamento existente, a cobertura vegetal e a ocupação do solo (esta, sobretudo, pela atividade agrícola) criam vulnerabilidades sensíveis e impactantes para o pleno desenvolvimento social de Ourém, e consequentemente se devem desenvolver algumas medidas de natureza essencialmente preventiva. As vulnerabilidades aqui mencionadas resultam da dialética entre a necessidade de encontrar respostas em condições de igualdade e os obstáculos que surgem, seja a distância a que se encontram os destinatários, o isolamento em que vivem e até o risco que correm (em caso de situações disruptivas graves como sejam os incêndios).

Na linha argumentativa traçada, as alterações profundas na estrutura produtiva de Ourém, com a diminuição da atividade agrícola, o envelhecimento dos produtores (patrões e assalariados), a transformação de muitos dos primeiros em agricultores-operários, no que foram acompanhados pelos seus familiares, modificaram o éthos² dos territórios.

Esta mudança, porventura irreversível, conduzindo parte do território de Ourém para uma realidade híbrida, a envelhecer demograficamente, maioritariamente de baixa densidade (embora 4 freguesias assentem nessa definição administrativa), sem modernização do pouco tecido industrial que existia há 40 anos. Todos estes aspetos estão contidos no conceito de **disrupção social e comunitária**, onde coexistem contrastes, capacidades endógenas (por exemplo associativas), pequenos núcleos de pequena indústria, algum isolamento

² É o conjunto dos costumes e práticas característicos de um povo em determinada época ou região. Em Antropologia, é uma espécie de síntese dos costumes de um povo.

populacional, tudo em redor de duas cidades (Fátima e Ourém), a primeira das quais com capacidade de acolhimento de multidões (mais de 5 milhões/_{ano}), com forte capacidade hoteleira, largo espetro de serviços e comércio, e um terciário (economia social) pujante.



Figura 8 - Dinâmica Populacional

Em termos endógenos, Ourém não tem capacidade de renovação geracional (menos de 2,1 filhos por mulher, longe disso), provocando saldos naturais negativos. Está descapitalizada demograficamente também pela emigração endémica de que padece desde há muito, direcionada ao País urbano ou ao estrangeiro, mas beneficiando de uma transição demográfica que transformou os padrões de morbilidade (declinando as doenças transmissíveis), fez aumentar a esperança de vida à nascença, nas idades adultas e na velhice, neste último caso com incapacidades crescentes, mas adiando a morte.

Todas estas mudanças, sentidas em Ourém e um pouco por todo o território nacional, marcaram o compasso da existência demográfica deste município ao longo dos últimos 30 anos, no qual se acentuaram as grandes diferenças entre as zonas urbanas e rurais. O efeito das vulnerabilidades (debilidades) deste território gerou um mapa de riscos incidentes na própria estrutura social, nas organizações, em instituições primordiais (como a família) e determinam, hoje, um caderno de medidas de mitigação de impactos, que não se podem entender como medidas de reversão das problemáticas sociais hoje identificadas.

Demografia, economia e sociedade estão interligadas. As vulnerabilidades e os riscos intersectam-se. Os indicadores evidenciam isto mesmo.

Figuras 9, 10, 11 e 12 – Economia, rendimentos e famílias





Matrimónio e Procriação VULNERABILIDADES RISCOS ASSOCIADOS MEDIDAS Sensilização da Nascimentos Eventual enfraquecimentos de comunidade para a direitos das crianças, por importância das incumprimentos de 54,7% em 2023 obrigações parentais e responsabilidades parentais redução do conflito entre progenitores Saúda reprodutiva pode sar Reforço de programas de condicionada, sobretudo se existir planeamento familiar propósito de ter mais filhos, que 30,3 anos em 2022 surgirão em idade mais avençada Linha de apoio à famílias monoparentais. Monoparentalidade Sensibilidade na Impactos sobretudo na mulher e nos comunidade ascolar para filhos de familias monoparentais, detecão preçoce de efeitos com sumento do risco de pobreza no comportamento dos alunos



Figura 13 - Qualificação



IV - O Plano de Desenvolvimento Social

Como vimos no capítulo anterior, as decisões estratégicas sobre as áreas prioritárias de intervenção deste Plano, as respostas sociais já existentes e as que se propõem, têm um contexto próprio, associado à caracterização do seu território e ao retrato sobre as principais problemáticas sociais através do Diagnóstico Social.

Mas nunca é demais sublinhar, e o Município de Ourém é um exemplo vivo dessa determinação e ambição de mudança e progresso, que a maior parte das situações encontradas não resultam de um determinismo e inevitabilidade, mas podem ser transformadas num sentido positivo, proporcionando à população de Ourém um futuro mais promissor.

Quer isto dizer que o conjunto de respostas sociais – atuais e as agora propostas – que constituem o Plano de Desenvolvimento Social de Ourém para 2024-2027 - são a continuidade dessa ambição na procura de maiores níveis de eficácia e de maior foco.

Nos Quadros síntese onde se identificam as respostas atuais, para cada Área de Intervenção, foram utilizados os descritores incluídos na Carta Social, aos quais se adicionou a sugestão de alguns indicadores para a sua monitorização e avaliação.

Para os Quadros síntese relativos às Estratégias Locais incluem-se os objetivos e iniciativas a realizar, bem como o detalhe das ações a concretizar.

Ao Município caberá a definição das metas a atingir para as várias respostas sociais, conjugando a ambição – característica intrínseca – as prioridades e os meios – materiais e humanos – que dispõe.

DESAFIOS E RESPOSTAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL

A persistência de algumas vulnerabilidades sociais em grupos específicos da população de Ourém, seja pela sua fragilidade social - pessoas e famílias em situação ou risco de pobreza – pela sua condição física – incapacidade ou deficiência - ou pela situação de exclusão face à sociedade, como as pessoas em situação de sem abrigo ou os imigrantes e refugiados, tornam imperativa a definição de uma estratégia que promova a inclusão social de todos elas.

Para estes grupos de cidadãos procura-se garantir a igualdade de oportunidades, eliminando a discriminação e implementando ações de apoio que possam mitigar e diminuir o impacto negativo da vivência dessas situações de dificuldades.

Ao nível da pobreza, da exclusão e da desigualdade social, as políticas públicas de apoio aos cidadãos mais desfavorecidos trazem importantes contributos para a minimizar as dificuldades sentidas.

A nível local, as respostas organizadas pelo município e pelas organizações que fazem parte da Rede Social são várias e podem ser sistematizadas nos apoios nas seguintes categorias:

- Alimentação ou outras necessidades básicas Ação Social Direta, Apoio em Géneros,
 Programa de Emergência Alimentar, Cantinas Sociais, Cartão abem Rede Solidária do Medicamento;
- Orientação e acompanhamento dos cidadãos Atendimento e Orientação Social,
 Centro Local de Apoio à integração de migrantes de Ourém, SOS Ucrânia Proximidade
 e Comunidade com o povo ucraniano. Acolhimento de refugiados.

Esta distribuição permite-nos concluir que a maioria das iniciativas se situam sobretudo no plano das ações de proteção e apoio para suprir necessidades, mais do que nas que promovem a autonomização das pessoas em situação de exclusão, designadamente, por via da sua qualificação e da procura de emprego.

A mudança de orientação estratégica, de acordo aliás com as recomendações da Estratégia Nacional de Luta contra a Pobreza, criará as condições para se quebrarem ciclos de pobreza e exclusão.

O Apoio à Deficiência e Incapacidades constitui uma área de intervenção crítica da inclusão social, não só pelas necessidades atuais de apoio - do apoio domiciliário à institucionalização -, mas pelas novas necessidades que no curto e médio prazo se farão sentir, atendendo aos índices de envelhecimento e longevidade da população.

Não sendo a deficiência e as incapacidades, uma condição exclusiva dos idosos, é esta população que representa mais de 65% dos casos de institucionalização.

Aliás Ourém diferencia-se, nessa matéria, em relação à região do Médio-Tejo, porquanto a proporção de pessoas institucionalizadas está muito acima do que seria de esperar em face do número de idosos residentes. Parece existir, sobretudo na freguesia de Fátima, um *cluster* de oferta, que se integra na economia religiosa que assiste a esta cidade. Como considerações adicionais diremos:

- As respostas sociais à problemática da deficiência e as incapacidades é bastante robusta e organizada para endereçar as necessidades especificas de todos os grupos etários.
- Da Intervenção precoce dirigida a crianças até aos 6 anos, presente em todas as idades, é bastante robusta.
- O número de pessoas que sinalizam dificuldades várias (42% conforme identificado no Diagnóstico Social) obrigará à necessidade de definição de uma estratégia, a qual deverá apostar, numa primeira fase, na realização de um estudo epidemiológico em Ourém.
- A combinação entre a identificação das dificuldades porventura, muitas delas incapacitantes – e a caracterização das incapacidades, à escala das freguesias, (informação já conhecida através do Diagnóstico Social), pode dar um valioso contributo para promoção da saúde.
- O padrão evolutivo do envelhecimento e da longevidade, tem e terá, inevitavelmente, um reflexo ao nível da organização de respostas sociais e ao aumento previsível das necessidades desta população relacionadas com cuidados básicos, autonomia e saúde, destacando-se neste domínio os quadros demenciais.

No caso particular da problemática da população em situação de sem abrigo em Ourém, a ausência de dados sistematizado e atuais, tem prejudicado o conhecimento da dimensão do problema a organização de respostas sociais ajustadas.

Fruto da volatilidade desta população, quase sempre itinerante e poucas vezes fixada a locais específicos por longos períodos, as intervenções possíveis são realizadas, em circunstâncias de sinalização associadas à perturbação da comunidade.

Para além das respostas de emergência dinamizadas pelo Município e a Intervenção da Associação Comunidade Vida e Paz, no caso dos sem abrigo com problemas de adição e dependência, importa criar mecanismos de sinalização precoce, que permita, responder às necessidades.

Os mapas abaixo sintetizam, as respostas sociais existentes em cada domínio de intervenção, identificando os objetivos, respetivos destinatários e promotores a que se acrescentaram sugestões de indicadores que permitam a monitorização – do ponto de vista da execução e da dos resultados e impacto.

Para a problemática da Imigração (económica) e fundamentada que foi a necessidade de criar uma Estratégia local que traga novas abordagens, apresentam-se as propostas das várias, iniciativas, ações a desenvolver e indicadores para a implementação da Estratégia Local de Acolhimento e Integração de Imigrantes.

Figura 14 – Respostas Sociais na Área de Intervenção 'Pobreza, Exclusão e Desigualdade Social'



Figura 15 – Respostas Sociais na Área de Intervenção 'Pobreza, Exclusão e Desigualdade Social



Pobreza, Exclusão e Desigualdade Social

Erradicar a pobreza e a desigualdade social nas, crianças, jovens e famílias : Promover a integração plana na sociedade; Qualificar para promover oportunidades de emprego é desenvolvimento profissionel; Apolar as famílias em situação de carência

| Respostas Sociais | Destinatários | Objetivos | Indicadores | Promotor |
|--|--|--|---|---------------------------|
| Apartamentos de Emergência | Individuos e familias em situação emergência ou risco social | Integração habitacional, e definição de projetos | # pessoas spoiedas # projetos Tempo permanência | CM Ourém |
| Ajuda Alimentor Apoio em Géneros | Familias em situação de grando vulnerabilidade o emergência accial | Apoio alimentar | # fumilies apoisdas | Rede Particular Social |
| Ponto de Partilha | Familias em caráncia económica | Apoio Alimentar/campanhas solidárias | V tamilies e pessoes spoiedes | Rede Públice Social |
| Cantinas Sociais | Individuos e familias em altusção de vulnerabilidade | Fornecimento de refeições diárias durante todo a semana | # pessoas # familias # tempo médio de beneficiário | Rede Particular Social |
| Apolo Comunitário de Emergência | Individuos e familias em situação de vulnerabilidade | Funde mensal para apolo a situações de emengência social. | A pessoos apoladas | CM Outen |
| Contrato Local de Desenvotvimento Social 4 G | Grupos populacionais maior fraglidade sociali | Processo integrado de combate à exclusão social numa intervenção de procesidade | # projetne secrate # pessoos # inclusões com successo | Rede particular social |

Figura 16- Respostas Sociais Área de Intervenção 'Apoio à Deficiência e Incapacidades'



Figura 17 – Respostas Sociais Área de Intervenção 'Apoio à Deficiência e Incapacidades'

| Apolar e rest Acolher temp | Deficiência e Incap stitar finica e socialmente pe orantamente ou em permanên es inclusivos e ocessiveis | sacea, de qualquer idade, incapacita | das e/ou portadoras de d | eliciënsis. |
|-------------------------------|---|--------------------------------------|--------------------------|----------------|
| Respostas Sociais | Destinatários | Objetivos | Indicadores | Promotor |
| | | Empréstimo du aquipamentos | | Rede Publica e |

| Respostas Sociais | Destinatários | Objetivos | Indicadores | Promotor |
|---|--|--|---|----------------------------------|
| Banco de Ajudas Técnicas | Adultos com deficiência | Empréstimo du equipamentos de reabilitação | A passoss apoladas | Rede Publice e Provede Sociel |
| Centro de Atividades para a Capacitação para a Inclusão | Adultos com deficiência | Promoção de atividades ocupacionais para melhoria da qualidade de vida | # pessoas apoiadas | Rede Particular Social |
| Lavandaria Social | Jovene e Adultos com deficiência | Promover a inserção no mundo do trabalho | A pessoas apoladas A pessoas empregadas | Rede Perticular Social |
| Lar Residencial | Adultos com deficiência | aliojar jovens e adultos com deficiência | # pessoas atojedas | Rede Particular Social |
| Serviço de Apolo Permanente | Pessoas com deficiência a wver só au em desprotação | Apoio de emergência | # pessoas apolades # tempos de resporte | Rode Particular Social |

Figura 18 - Respostas Sociais Área de Intervenção 'Apoio à Deficiência e Incapacidades'



Figura 19 – Área de Intervenção 'Imigrantes e Refugiados'

| | forme plene ilias nas vertentes da leducação, mercado de trabalho e participação lovica social e outural. | | | | |
|--|--|--|--|---------------------|--|
| Respostas Sociais | Destinatários | Objetivos | Indicadores | Promotor | |
| Centro Local de Apoio à integração de migrantes de Ourám | Migrantes que pretandem viver e trabalhar em Ourám | Prestar informação e apoio pos migrantes em todo o processo do acolhimento e integração | # atendimentos # imigrantes residentes e com emprego Tipologias | CM Ouróni CLAIMA | |
| SOS Ucrānia - Proximidade a Comunidade com o Povo ulcrāniano | Refugiados Ucranianos | Acothimento, integração e apoio aos refugiacios da Ucrânia (habitação e alimentoção) | # de refugiados apolacion # de refugiados autonomizados | CM Ourdin | |
| Acolhimento de Refuglacios | Refugiados reencaminhados pela AIMA. | Apoio de emergência atmentar e de acomodação | ≠ refugiedos | DM Ouróm AIMA | |
| Porta de Entrada | Pessons e familias am situação de amorgância | Apoio nes situações de necessidade urgante, através de apoio arrendamento | V familias Tempo médio apoio | CM Ountini IHRU | |
| Português para todos | Imigrantes | Ensino da Língua portuguasa e direitos básicos de cidadenia | # Cursos concluidos # inscritos Tempo de espera | POI | |

Área de Intervenção Prioritária- Estratégia Local de Acolhimento e Integração de Imigrantes

A área de intervenção relacionada com os Imigrantes foi unanimemente considerada, pelas centenas de cidadãos que participaram no processo de auscultação da comunidade, como uma das áreas de maior preocupação.

A perceção de que se assiste a um movimento descontrolado de chegada de imigrantes, para os quais não existe um acompanhamento e apoios efetivos, tem uma correspondência com o aumento do saldo migratório a partir de 2018 (primeiro ano de saldo migratório positivo em Ourém), sendo que os valores acumulados desse saldo vêm a resultar numa população migrante que representava, em 2022, 6% no conjunto da população total residente no município (mais do que na região do Médio Tejo, 4%, ou mesmo no País, 3%). Dito de outra forma, este é o *boom* de fixação a que as perceções respeitam.

Mas o valor pode ser ainda maior, tendo em conta a recolha de dados sobre a emissão de Atestados de Residência pelas 11 das 13 Juntas de Freguesia (duas não indicaram números). Essa recolha evidenciou um número muito maior de imigrantes que chegaram a Ourém – 7.223 –, e que obtiveram um Atestado de Residência entre 2021 e 2023 (já depois dos Censos do INE), o que torna a dimensão do *boom*, e explica as dificuldades sentidas no acesso a alguns serviços, como é o caso evidente da habitação (falta de casas, explicando parcialmente a sobrelotação que o Diagnóstico evidenciou junto dos migrantes), ou da educação (quando procuraram inscrever os seus filhos nas creches), entre outros contextos de contacto mais direto entre oureenses e migrantes económicos.

Este e outros dados (incluídos no Diagnóstico Social) - fundamentam a decisão de considerar esta área de intervenção como prioritária, através da **Estratégia Local de Acolhimento e Integração de Imigrantes.**

Pelo seu alcance e complexidade, recomenda-se a constituição de uma Equipa de trabalho com a participação de elementos internos à Autarquia (SASS, Educação, entre outros) e externos (representantes Juntas de Freguesia, Forças de Segurança, Saúde) para levar a cabo as iniciativas que cabe desenvolver no âmbito desta Estratégia.

De sublinhar a oportunidade **de candidatura desta iniciativa ao Programa FAMI 2030** – Fundo para o Asilo a Migração e Integração- que lançou um Aviso de concurso que dará apoio à conceção e implementação de **Planos Municipais para a Integração de Migrantes (PMIM)**. As candidaturas terminam a 31 de julho 2024, e podem candidatar-se autarquias locais com um financiamento de 75% do valor do projeto.

Este lançamento acaba por confirmar que as transformações profundas em curso, no que ao surto migratório respeita, não são exclusivas de Ourém nem da região do Médio Tejo. A Comunicação Social tem feito sobre esta matéria recorrentes notícias, e a própria AIMA tem declarado a incapacidade atual de lidar com tantos processos. Medidas excecionais estão a ser tomadas pelo Governo central para a diminuição dos processos acumulados e sem resposta. Como atrás se referiu a recolha da informação sobre os Atestados de Residência emitidos pelas Juntas de Freguesia, aos imigrantes que chegam a Ourém, permitiu identificar a oportunidade de atuar num momento crítico deste fenómeno, no sentido de recolher toda a informação relevante para a sua futura inserção, designadamente, qualificações e competências e área profissional de inclusão pretendida.

Trata-se, essencialmente, de olhar esta problemática de uma forma integrada, identificando todas as suas fases, da entrada dos imigrantes no País, a sua adaptação numa 1ª fase,

dificuldades sentidas de integração, eventuais necessidades de apoio, ou mesmo saída para outros locais.

Para todas delas existem medidas concretas a implementar e questões a resolver.

Por este motivo e neste contexto, que parece ser de emergência, entende-se apresentar um conjunto de propostas de ação que parecem fazer sentido nessa 1ª fase de entrada e propósito de fixação dos imigrantes, a saber:

- Criação de um formulário comum de preenchimento, digitalizado, para o pedido de Atestado de Residência para todas Juntas de Freguesia de Ourém;
- A criação de um sistema de registo informatizado, que permita uma visão integrada dos fluxos migratórios, respeitando a legislação de proteção de dados;
- A realização de um seminário dirigido a todos os Presidentes das Juntas de Freguesia de apresentação das questões legais e eventuais responsabilidades associadas à emissão dos Atestados de Residência (sobretudo quando a informação declarada e atestada não tiver plausibilidade);
- A recolha de inscrições para os cursos de português para estrangeiros, para posterior seguimento e acompanhamento pelos serviços da Câmara, em articulação com as Escolas (que para o efeito poderão precisar de algum apoio extraordinário);
- A criação de um Guia de Acolhimento ao Imigrante, com as informações básicas sobre o Município e a Freguesia onde se encontram;
- A caracterização, sempre que se justifique, das necessidades mais imediatas de apoio ao imigrante, ou se for o caso, ao seu agregado familiar.

Ao nível da procura de inserção na vida da comunidade, designadamente nas questões de educação (para os filhos) ou da procura de emprego, ouras medidas (igualmente urgentes) são sugeridas, tais como:

- A criação de um processo de identificação de necessidades de postos de trabalho, em articulação com o IEFP e as empresas da Região, para o encaminhamento do imigrante ou, se for caso disso, para a sua capacitação nas áreas especificas;
- A articulação com as Escolas para ações que visem a proximidade com as famílias das crianças imigrantes. Sendo o espaço escolar um local privilegiado de integração é essencial identificar as áreas de planeamento e trabalho conjunto.

Figura 20 – Medidas e Ações propostas - Estratégia Local para o Acolhimento e Integração de Imigrantes (fase de entrada)



Figura 21 – Medidas e Ações propostas - Estratégia Local para o Acolhimento e Integração de Imigrantes (fase de acolhimento e integração)



DESAFIOS E RESPOSTAS PARA O ENVELHECIMENTO E LONGEVIDADE

O envelhecimento da população de Ourém, que hoje representa 27% da comunidade, é um fator incontornável não só constatado pela realidade social observável (no espaço público, nas famílias, nas organizações e na economia), mas também confirmado pelo conjunto de dados e estudos prospetivos amplamente apresentados no Diagnóstico Social.

Esta realidade obriga à definição de políticas locais para o envelhecimento que reconheçam, por um lado, a centralidade deste tema, e assentem, desde logo, num conjunto de princípios orientadores para a construção de respostas sociais.

Em primeiro lugar há que pugnar pela promoção da melhoria da qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem, imperativo ético e condição essencial para garantir a sua autonomia e prevenir situações precoces de institucionalização (em geral indesejadas).

O reconhecimento da importância de uma estratégia, o envelhecimento ativo, está bem presente em algumas das iniciativas do Município, designadamente no seu Programa Viver + Saudável. Este Programa "Viver + Saudável" tem como objetivo promover envelhecimento mais ativo e saudável para todos os munícipes com 55 ou mais anos, residentes ou não no município. Reconhecido pela Cidade Social com o Selo de Certificação de Qualidade pelos programas desenvolvidos em "Atividade Física Sénior", esta iniciativa decorre em estreita articulação com as Juntas de Freguesia, levando a desenvolver um conjunto de atividades desportivas, culturais e festivas em toda a comunidade.



As políticas locais para o envelhecimento devem também reconhecer as capacidades e conhecimento que as pessoas mais velhas representam e que podem ser utilizados em favor da comunidade.

As atividades intergeracionais são exemplos vivos das vantagens — para ambos os lados — dos encontros entre idosos e crianças para partilha de histórias ou aprendizagens sociais. De resto, não muito diferente do que ocorre nas famílias (numa interação mais naturalista), mas neste caso com as circunstâncias específicas do número de envolvidos em cada interação proposta.

A extensão e o povoamento de Ourém trazem à problemática do envelhecimento desafios adicionais, como por exemplo o isolamento (habitacional, do próprio local de residência - pois muitos residem fora de aglomerados - e a solidão (que é muito provável, mas que terá que ser sempre aferida). Com efeito, em Ourém 27% dos idosos experienciam uma realidade marcada pelo isolamento, sendo que 19% têm mais de 90 anos de idade. A distribuição desse isolamento pelas Freguesias é muito heterogénea, mas o que aqui importa relevar é a importância que o combate ao isolamento e à solidão deve merecer no quadro das respostas sociais para os idosos. Neste caso particular, os Centros de Dia e os Centros de Convívio existentes desempenham um papel importante nessa luta, mas sabemos que o enfrentamento da solidão acaba por ser um processo de muito maior complexidade do que mitigar o isolamento.

Nos casos em que os idosos mantêm algum nível de autonomia que lhes permite continuar a viver nas suas casas – tipicamente sozinhos ou na companhia de outro idoso – a análise das condições de habitabilidade das suas residências é um tema a ser estudado e analisado para bem da sua segurança e conforto.

As respostas sociais da habitação, designadamente o Programa 1º Dto, não parecem estar vocacionadas para atender este tipo de problemáticas, mas importaria equacionar medidas específicas de reabilitação de alojamentos para os idosos em situação de maior vulnerabilidade. As iniciativas no âmbito da responsabilidade corporativa e com recurso a parceiros credenciados deve estar em cina da mesa, como já alguns municípios fazem.

Finalmente, no quadro das políticas locais para o envelhecimento ativo e da promoção de estilos de vida e hábitos saudáveis, importa referir o papel das instituições da Rede Social pela importância que a institucionalização dos idosos assume em Ourém.

Mesmo em contextos de institucionalização, estas apostas são um princípio a seguir pelas Instituições – ERPIS e Lares de Idosos – sobretudo pelo facto da melhoria das condições em que estas pessoas se encontram nas respetivas instituições (e a sua manutenção) acaba por ser um desiderato fundamental de um plano de desenvolvimento social e das suas estratégias. Em contexto de institucionalização, as pessoas não perdem direitos, embora, num plano estritamente funcional da própria instituição, acabem por ter alguns deveres (de cooperação com funcionários e gestores).

A institucionalização está normalmente relacionada com más condições de saúde (incapacidades permanentes), mas sabe-se também que em muitos casos essa institucionalização acarreta agravamentos e progressiva perda de autonomia (i.e., acentuação da incapacidade).

Em algumas situações, e sempre que possível, deve proceder-se uma avaliação de custo/benefício entre serviço domiciliado ou institucionalização (na qual a humanização pode ser mais difícil de conseguir, mas na qual a infraestrutura de suporte ao idoso pode ter vantagens).

Em termos do apoio social, a opção de envelhecer em casa (ageing in place) acarreta uma organização de respostas vocacionadas para o apoio domiciliário, mas em articulação com outras valências. Esta é uma temática de índole técnica, gestionária, mas também ética, que está em cima da mesa e ocupa uma gama de profissionais de cuidados, e muito especificamente os gerontologistas.

Os quadros seguintes resumem as respostas sociais do Município à problemática do envelhecimento e longevidade, reconhecendo-se desde logo a grande experiência revelada nesta área, sendo um dos municípios com maior número de equipamentos e ofertas sociais.

Na Carta Social Municipal de Ourém, para a área de intervenção 'pessoas idosas', estão identificadas 81 respostas, entre rede particular social e lucrativa, distribuídas deste modo:

Figura 22 - Respostas Sociais Área de Intervenção 'Envelhecimento e Longevidade"



Figura 23 - Respostas Sociais Área de Intervenção 'Envelhecimento e Longevidade"

| Promover | a convivialidade familiar e com | unitária | | |
|---------------------|---|---|--|---|
| Respostas Sociais | Destinatários | Objetivos | Indicadores | Promotor |
| Centros de Convivio | População idosa que vive só ou isolada | Promover a convivalidade e as religões de protimidade, atividades accio recreativas a cultureis | # pessoas Tempo médio até institucionalização Indice satisfeção | Racie Perticular Social |
| Centres de Dia | População kicea | Prestação de serviços de apaio que permitem a manutenção em meio sócio familiar | # pessoas Indice de satisfação | Rede Particular Social |
| Projeto Ombro Amigo | População idasa que vive só ou isotada | Combeter o isolamento social | ff pessoas acompanhadas Indica de satisfação | Fundação Dr. Agostinho Albeno Almeida |

Figura 24 – Respostas Sociais, Área de Intervenção 'Rede Social de Apoio a Ourém'



Figura 25 - Respostas Sociais, Área de Intervenção 'Habitabilidade e Segurança'



Área de Intervenção Prioritária - Estratégia Local para o Envelhecimento Digno

A expressão na atividade de um vasto conjunto de instituições da rede pública e particular social, pela mobilização de profissionais que atuam nas áreas de apoio aos idosos, pelos recursos financeiros investidos, e pela dimensão da população idosa atual - 12.558 residentes - justificam a importância da criação de uma Estratégia Local para o Envelhecimento Digno.

Com a sua criação, pretende-se dar uma coerência e visibilidade ao conjunto de respostas sociais já existentes, introduzindo-se novas temáticas que se destacaram através da análise de riscos decorrentes do Diagnóstico Social. Incluem-se novas ações que respondem a 4 questões essenciais:

- Consistência e igualdade nos princípios de ação e relação com o idoso, independentemente do local em que se encontre geográfico, natureza da instituição pública ou particular, com ou sem fins lucrativos, ou tipo de serviços que beneficie apoio domiciliário, institucionalizado ou vivendo na sua casa.
- Reforço na aposta das atividades que promovam o envelhecimento ativo, como forma de reduzir os riscos de saúde e de institucionalização.
- O foco nos idosos isolados e sós, através de uma ação sistemática de sinalização –
 espera-se que o Radar Social seja um instrumento fundamental neste processo e de
 intervenção, mas não se pretende anular a importância do Censo Sénior, levado a cabo,
 anualmente, pela GNR.
- A valorização da permanência dos idosos em casa (ageing in place), apostando no apoio às condições de habitabilidade (nomeadamente no domínio da mitigação da pobreza energética), através de uma identificação e intervenção (sempre que possível), e neste particular com o estabelecimento de parcerias com a sociedade civil, onde já hoje, como se sublinhou anteriormente, se realizam projetos suportados na responsabilidade social corporativa, combinada com iniciativas de voluntariado jovem, do tipo Just a Change).

Em síntese, a Estratégia Local de Envelhecimento Digno, tem como objetivos essenciais:

'Garantir que o envelhecimento e a velhice não são um ónus para o homem e a mulher idosos, mas uma realidade inelutável com a qual toda a comunidade se compromete, com o objetivo de prevenir incapacidades, mitigar as suas consequências e remediar os seus efeitos mais críticos.

Promover as melhores condições em termos físicos, psicológicos e morais para envelhecer com qualidade de vida, garantindo a segurança humana de quem já viveu muito, mas nunca de mais, dando vida aos anos, o acesso em igualdade de oportunidades nos domínios da educação, emprego, saúde e habitação.

Favorecer o desenvolvimento de uma cultura cívica e profissional amiga da pessoa idosa'

Figura 26 – Medidas e a Ações propostas - Estratégia Local Envelhecimento Digno



Figura 27 – Medidas e a Ações propostas - Estratégia Local Envelhecimento Digno



DESAFIOS E RESPOSTAS PARA A PREVENÇÃO DE RISCOS SOCIAIS

O Município de Ourém enfrenta uma conjuntura de complexas dinâmicas sociais, com desafios substanciais que começam por impactar, diretamente, o bem-estar e a segurança da sua comunidade.

O Diagnóstico Social de Ourém mostra um cenário de consumo de substâncias aditivas entre os jovens, o aumento das incivilidades e da criminalidade juvenil, da incidência de violência doméstica e a necessidade de suporte em saúde mental.

Estes desafios têm um impacto ao nível da qualidade de vida dos indivíduos, mas também na coesão e na segurança da comunidade.

Testemunho desta realidade, no âmbito dos Comportamentos Aditivos, é o do registo de uma elevada prevalência de consumo de substâncias aditivas, especialmente entre a juventude, com as consequências naturais de prejuízo para a saúde pública e para o desenvolvimento social. Em 2022, foram registados 21 utentes em tratamento provenientes de Ourém, sendo 17 homens e 4 mulheres, com uma significativa proporção (41%) de utentes com mais de 50 anos.

No âmbito das incivilidades, há um aumento de atos de vandalismo, grafitagem ilegal, e desrespeito generalizado pelos espaços públicos, o que tem resultado num ambiente urbano em risco de degradação e uma perceção crescente de insegurança entre os cidadãos. A delinquência juvenil registou um aumento de 8,2% entre 2022 e 2023, com um quarto das ocorrências envolvendo jovens entre os 12 e os 21 anos.

No âmbito da criminalidade, tem causado uma preocupação crescente, entre os residentes, dos crimes contra o património e a pequena criminalidade. Em 2023, registou-se uma taxa de 2,29 casos de violência doméstica por mil habitantes, valor em conformidade com a região e em linha com o País. A ausência de respostas socias nesta área, poderá ser endereçada no sentido de encontrar programas preventivos de criminalidade no Município num planeamento ajustado. O contributo das Forças de Segurança é, nesta matéria, incontornável.

A Violência Doméstica é uma das problemáticas mais graves, com um número significativo de casos reportados, afetando maioritariamente mulheres e crianças. Em 2023, foram registados 26.041 casos de violência doméstica a nível nacional, refletindo a gravidade deste problema. Em Ourém foram 94 casos registados; no ano anterior haviam sido 134, e em 2021 um pouco menos, 107. Compreender e atuar nesta problemática social, permite mitigar o impacto da violência doméstica também na dignidade humana das vítimas.

A capacidade de identificação precoce de violência doméstica pelos profissionais de saúde, educação e segurança, em particular nas crianças e jovens, permitirá uma atuação preventiva de apoio às vítimas, e também às micro comunidades (unidades de vizinhança) onde estas se inserem.

Também a Saúde Mental emerge como uma área de grande pressão, com um aumento nos casos de ansiedade, depressão e outros transtornos mentais. Em 2022, as principais causas de intervenção da CPCJ em Ourém foram a 'exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança' e a 'negligência parental'.

Neste domínio, o apoio aos profissionais da Educação, da Ação Social e Saúde é fundamental pois podem tornar-se, eles mesmos, fonte de problemas para terceiros, em função do risco de esgotamento ou *burnout* a que se sujeitam. Ou seja, é importante atuar no tema da Saúde Mental dos Trabalhadores da Área Social, da Educação e Saúde, visando proporcionar um apoio contínuo e recursos adequados para profissionais que lidam diretamente com situações de stress elevado.

Figura 28 – Respostas Sociais na Área de Intervenção Comportamentos Aditivos e Dependências



Figura 29 – Respostas Sociais na Área de Intervenção Incivilidades Juvenis

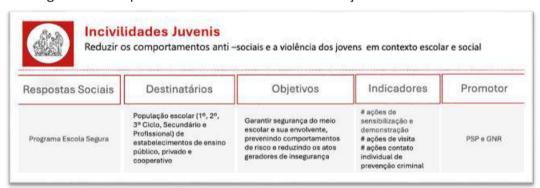


Figura 30- Respostas Sociais na Área de Intervenção Saúde Mental



Figura 31 – Respostas Sociais na Área de Intervenção Violência Doméstica



Área de Intervenção Prioritária - Estratégia Local de Resposta aos Problemas Sociais

Esta Estratégia Local estabelece um conjunto de ações integradas e focadas nas principais problemáticas sociais identificadas no diagnóstico social. Ao alinhar os objetivos estratégicos com iniciativas práticas e mensuráveis, este plano visa transformar a situação atual (tal como diagnosticada), criando um futuro mais seguro e saudável para a comunidade de Ourém. Através da colaboração entre as autoridades locais, instituições e cidadãos, procura-se construir uma dinâmica de sociedade onde todos possam prosperar em bem-estar e segurança.

São cinco as áreas de Intervenção principais:

- 1. Redução dos Comportamentos Aditivos
- 2. Mitigação das Incivilidades e Promoção da Convivência Cívica
- 3. Combate à Criminalidade
- 4. Prevenção dos casos de Violência Doméstica e apoio às suas vítimas
- 5. Melhoria da Saúde Mental da Comunidade

No âmbito dos Comportamentos Aditivos, implementar campanhas educativas direcionadas tanto a jovens como a adultos, em escolas, ambientes de trabalho e espaços públicos, através de diversos meios de comunicação, incluindo redes sociais, poderá permitir alcançar uma audiência mais ampla e diversificada.

Igualmente com o mesmo resultado, o desenvolvimento de programas de prevenção que incluam atividades informativas e formativas, como workshops interativos e sessões de aconselhamento em parceria com instituições de ensino e centros juvenis, é desejável. Estes programas serão projetados para educar sobre os riscos associados aos comportamentos aditivos e promover estilos de vida saudáveis.

No âmbito das Incivilidades, estimular a Educação Cívica, promovendo programas e iniciativas comunitárias que promovam valores de respeito e responsabilidade social, incluindo atividades práticas e discussões que incentivem os jovens a participarem ativamente na manutenção de um ambiente urbano saudável. O apoio concreto, formal e logístico, a movimentos associativos pode ser uma estratégia de implicação dos próprios cidadãos. A recompensa pela implicação dos cidadãos na causa pública pode ser valorizada, e a recompensa monetária não é a única via de reconhecimento público.

Desenvolver campanhas de sensibilização que abordem a importância do comportamento cívico e as consequências das incivilidades, com uma ampla divulgação através de diversos meios de comunicação, incluindo eventos comunitários, folhetos informativos e plataformas e redes digitais, na linha do que referimos, pode ser instrumentalmente útil para se atingirem objetivos de maior coesão social e qualidade da cidadania. Iniciativas já hoje existentes, como 'Amigos de Ourém e seu Concelho' (particular) ou 'Participa Ourém' (da Autarquia) podem ser inspiradores para que outros processos de sociabilidade compromisso surjam.

No âmbito da criminalidade, prevenir com utilização de tecnologia de segurança, poderá permitir melhorar a eficácia na prevenção e resposta a crimes, melhorando a capacidade e robustez de resposta. Uma vez mais, as forças de segurança podem atuar preventivamente. A proposta de um Diagnóstico Local de Segurança poderia estar em cima da mesa.

Sendo a Violência Doméstica uma das problemáticas com maior impacto e gravidade torna-se premente estabelecer e reforçar o necessário apoio psicológico, bem como proporcionar aconselhamento jurídico e programas de reintegração social. São ações de mitigação do impacto desta, desde logo do impacto na dignidade humana. Assim como, desenvolver programas de formação e capacitação para profissionais de saúde, educação e segurança, para que possam identificar sinais precoces ou não de violência doméstica, incluindo formação sobre as melhores práticas de intervenção e apoio às vítimas, nomeadamente crianças e jovens, permitindo identificar comportamentos e antecipar situações futuras, bem como capacitar estes profissionais para gerirem o processo de apoio às vítimas.

Promover campanhas de sensibilização para aumentar a consciencialização sobre a violência doméstica, incentivando a denúncia, campanhas que devem ser amplamente divulgadas em diversos canais de comunicação, podendo envolver figuras de maior impacto social no sentido de aumentar sua eficácia.

A preocupação com a Saúde Mental foi um dos temas recorrentemente trazido pela larga maioria dos cidadãos que participaram no processo de auscultação da comunidade, através dos seus diferentes instrumentos, entrevistas, *Focus Group*, *Workshop* ou Questionários. Dos profissionais da Educação aos da Saúde, aos representantes das forças de segurança ou proteção civil, das ERPIS às Associações, foram consistentes as referências a um maior risco de exposição e um aumento dos problemas da saúde mental por parte de crianças, jovens, profissionais e idosos.

Daí que este tema surja como um domínio de intervenção da maior importância, pretendendose promover um maior acesso aos profissionais da saúde mental – médicos e psicólogos – e a implementação de medidas preventivas num largo espectro de destinatários – profissionais das áreas da saúde, educação e ação social, às crianças e jovens e aos idosos, em sistema de internato ou com autonomia. Assim, desenvolver programas de apoio específicos para diferentes faixas etárias e grupos vulneráveis, incluindo crianças, adolescentes e idosos, incluindo informação de grupos de apoio e atividades terapêuticas é premente. Assim como implementar campanhas para reduzir o estigma associado aos transtornos mentais e promover a importância do cuidado psicológico, com histórias de sucesso e testemunhos.

Igualmente endereçar e atuar no tema da Saúde Mental dos Trabalhadores da Área Social, da Educação e Saúde estabelecendo parcerias com Institutos de Ensino, e ou a Ordem dos Psicólogos, no sentido de organizar eventos focados na saúde mental. Estas ações visam proporcionar um apoio contínuo e recursos adequados para profissionais que lidam diretamente com situações de stress elevado, podendo permitir a identificação precoce e intervenção eficaz em casos de saúde mental entre jovens.

Figura 32– Medidas e Ações propostas - Estratégia Local de Resposta aos Problemas Sociais



Figura 33 – Medidas e a Ações propostas - Estratégia Local de Resposta aos Problemas Sociais



Figura 34- Medidas e Ações propostas - Estratégia Local de Resposta aos Problemas Sociais



Figura 35 – Medidas e a Ações propostas - Estratégia Local de Resposta aos Problemas Sociais



Figura 36 – Medidas e Ações propostas - Estratégia Local de Resposta aos Problemas Sociais



DESAFIOS E RESPOSTAS PARA OS DIREITOS E CIDADANIA

O Eixo Estratégico Direitos e Cidadania reúne um conjunto de problemáticas sociais que impactam diretamente na vida da comunidade e da sua qualidade de vida, pois relacionam-se com algumas das dimensões básicas dos direitos à saúde, à habitação à constituição das famílias, à entrada no mundo do trabalho.

A vida da esmagadora maioria das pessoas assenta na existência de uma família com a qual se estabelecem laços afetivos, emocionais, e de cooperação e entreajuda entre os seus elementos, nesta matéria com particular ênfase para o suporte económico aos mais novos e apoio aos mais velhos.

A família (em sentido morfológico equivalente ao agregado doméstico familiar) constitui uma unidade funcional muito relevante nas nossas sociedades. Os sinais de mudança e os dados observados em Portugal, e confirmados em Ourém, são relativos às alterações que as famílias têm registado na sua composição mais do que as alterações funcionais e de estabilidade social (por exemplo, em termos da aquisição de valores e princípios durante a socialização primária e até secundária).

Transformações (i.e., alterações aos padrões sociais anteriormente convencionados), tais como:

- composições mais tardias em termos da idade dos fundadores do agregado doméstico (núcleo original) – hoje casa-se mais tarde;
- com perda da forma jurídica equivalente ao contrato matrimonial a maior parte das vezes começam por viver em uniões de facto;
- acompanhadas de diminuições do número de filhos por casal, (de direito ou de facto);
- do aumento dos núcleos monoparentais e reconstituídos, e pela
- perda de diversidade geracional, registando-se mesmo um aumento de pessoas vivendo sós, em geral mais velhas.

São transformações muito desafiadoras para as pessoas, as suas famílias e as suas comunidades, que não são objeto de uma regulação formal, pelo menos parte delas, mas que precisam de uma regulação social que previna situações disruptivas e atentatórias do bemestar das pessoas.

De que forma uma política de desenvolvimento social pode impactar positivamente estas famílias e os seus filhos? Que tipo de vulnerabilidades) a resposta pública pode acudir? E como se podem identificar sem intrusão no espaço privado da família e da interação entre os seus membros?

A parentalidade de risco integra-se na problemática mais alargada da vulnerabilidade socioeconómica, mas manifesta-se com um cariz comportamental específico, nas lacunas e fragilidades das competências chave pessoais, sociais e profissionais. Estas fragilidades estão muitas vezes na base da debilidade de laços de vinculação e estão relacionadas com experiências precoces disruptivas de socialização, de inexistência de modelos parentais positivos ou famílias parcialmente disfuncionais. Estas vulnerabilidades são geradoras de riscos para as crianças e jovens, pela exposição a contextos violentos ou negligentes, os quais, acabam, em alguns casos, a manifestar comportamentos desviantes (de diferentes graus de

gravidade, da incivilidade, do domínio da contraordenação social, até ao delito). Em determinado momento da sua vida adolescente optam por se afastar da escola, desistem de estudar e de trabalhar (ou procurar emprego). São os chamados NEET.

Atuar ao nível destes contextos familiares parece ser uma abordagem que, indo às raízes do problema, talvez ajudem a resolver problemas que podem estar na base de climas sociais menos positivos. No fundo, é uma intervenção em nome da paz e da tranquilidade sociais, que são direitos fundamentais.

As respostas sociais encontradas neste Eixo estratégico apresentam algumas iniciativas alinhadas com as práticas decorrentes de orientações centrais, por exemplo as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF). Mas merecem destaque as promovidas pelo Município e destinadas a apoiar a natalidade e o apoio às crianças nos primeiros 3 anos de vida (Ourém + Bebé).

Segue-se um resumo das respostas sociais neste Eixo Estratégico.

Família e Infância Fomentar ambientes familiares positivos que favoreçam o desenvolvimento sociel dos jovens Promover a qualidade das vidas das familias através de servicos que respondam às suas necesidades Respostas Sociais Destinatários Objetivos Indicadores Promotor Apolhimento socioeducativa # orianges Rede públicas e Creches Crianças até aos 3 anos dário acompanhados particular social. Creches Familianes Rede particular Apolhimento socioeducativa Crianças até pos 3 anos # crianças apoladas Social diario Atividades Educativas e de Entidades Públices e Educação Pré-Escolar II crianças Criances dos 3 ass 5 anos apoio às familias Privadas

Figura 36 – Respostas Sociais na Área Intervenção Família e Infância

Figura 37– Respostas Sociais na Área Intervenção Família e Infância



Figura 38 – Respostas Sociais na Área Intervenção Família e Infância

| Família e Infância Fomentar ambientes familiares positivos que favoreçam o desenvolvimento social dos jovens Promover a qualidade das vidas das familias abavés de serviços que respondam às suas necesidades | | | | | |
|---|--------------------|---|--|---|--|
| Respostas Sociais | Destinatários | Objetivos | Indicadores | Promotor | |
| Componente de Apolo à Familia (CAF) | Alunos de 1º Ciclo | Acomponhamentos dos alurios antes ou depois do pariodo letivo a das AEC | # Alunos acompanhados | Rede publicas e perficular social | |
| Attvidades de Enriquecimento Curricular (AEC) | Alumos do 1º Ciclo | Proporcionare Alividades de caracter lúdico, formativo e outural | # crianças apoladas | Rede pública | |
| Formecimento de refeições escolares | Alunas da 1º Ciclo | Assegurar alimentação equilibrada e adequada | A refeições fornecidas fi refeições despardiçadas | Rede públicas o particular social | |

Figura 39 – Respostas Sociais na Área Habitação

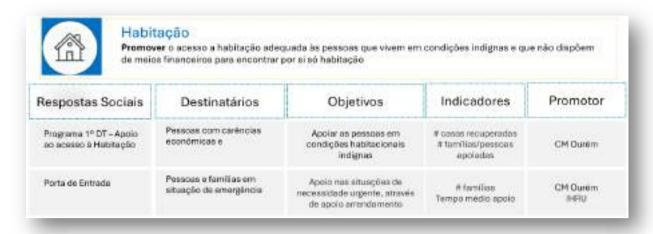


Figura 40 – Respostas Sociais na Área Igualdade de Género

| A A Promover | (1987년 - 1 00년 - 1987년 - | e e direitos combatendo a dis s dominios onde se verificam | | ero. |
|--|---|---|---|----------|
| Respostas Sociais | Destinatários | Objetivos | Indicadores | Promotor |
| Plano para a igualdade de Género e não Discriminação 2023/2026 | População de Curém Instituições Públicas e Empresas | Promoção de uma sociedade mais justa e igualitária | Cumprimento das metas do Plano Melhoria das taxas de discriminação | CM Ourém |

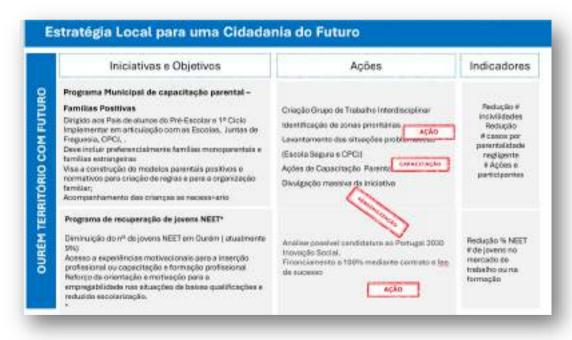
Figura 41 – Respostas Sociais na Área Saúde

| Saúde Promover em articulação com os serviços de saúde, programas de prevenção e redução de riscos nas patologias mais prevalentes na população jovem e idosa. Promover estilos de vida suddiveis na comunidade | | | | |
|---|------------------|--|-------------|---------------------------|
| Respostas Sociais | Destinatários | Objetivos | Indicadores | Promotor |
| Unidade de Cuidados na Comunidade | Comunidade Ourem | cuidados de saúde de âmbito domiciliario e comunitário | | Rede Pública |
| Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados | Comunidade | prestação de cuidados de saúde personalizados á população inscrita de uma determinada área geográfica | | Rede Pública |
| Bata Branca | Comunidade | Aumentar a prestação de serviços médicos | | Rede persicular social |

Figura 42 - Respostas Sociais na Área Qualificações e Empregabilidade



Figura 43 - Estratégia Local – Para um Cidadania de Futuro



V - COMENTÁRIOS FINAIS

O Plano de Desenvolvimento Social é uma proposta ambiciosa, à dimensão do que Ourém tem demonstrado querer ser: um território ativo e pelo progresso.

As vulnerabilidades identificadas, os riscos sociais que lhes estão associados, que podem obstaculizar o desenvolvimento social e o bem-estar dos cidadãos e a satisfação de necessidades básicas, e muito em particular dos grupos sociais mais vulneráveis, transformaram-se em conteúdos organizados neste Plano, em termos de respostas estruturadas e integradas.

Não existem neste Plano soluções mágicas para questões sociais complexas, algumas ancestrais, que teimosamente corroem a coesão social - como será o caso da violência doméstica, entre tantas outras.

Mas o Plano não as omite e, bem pelo contrário enfrenta-as, denunciando os nexos com outros problemas e procurando a reafirmação da violência como crime público, logo, passível de denúncia por quem o testemunhe ou dele tenha conhecimento.

Outro exemplo, o da existência de centenas de pessoas idosas que vivem sós, possivelmente acumulando isolamento com solidão, não tem uma solução nem imediata, nem única: mas tem aqui um enunciado que permite dimensionar respostas, de resto, respeitantes a áreas de intervenção distintas.

O muito e diversificado trabalho que a Autarquia vem desenvolvendo através do setor da Ação Social foi considerado fundamental. Por dois motivos: porque se revelou uma boa porta de entrada para o conhecimento das problemáticas sociais que existem (com base numa Carta Social de Ourém muito exaustiva e recente), e pelo conhecimento das respostas que vêm sendo dadas pela Autarquia e muitas outras entidades do setor solidário.

Os variados documentos estratégicos existentes em Ourém, e analisados exaustivamente pela Equipa, foram também decisivos para o desenho deste Plano de Desenvolvimento Social. Desde logo, pelas respetivas análises efetuadas sobre áreas específicas de intervenção (saúde, habitação, igualdade, urbanismo), maioritariamente muito recentes, e por outro lado para evitar redundâncias em termos de propostas de intervenção.

O que se entende é que a complementaridade entre propostas é o cenário mais desejável. Exemplificativamente, o Plano Estratégico Educativo Municipal 2020-2024 de Ourém contém Eixos, Dimensões e Objetivos definidos, bem como Metas identificadas. Durante a execução do PDS, e sempre que a convergência se justificar, ambos os instrumentos permitirão o desenho das complementaridades e o evitamento das eventuais sobreposições. O pior cenário seria ignorarem-se reciprocamente.

Cabe ainda uma especial referência à necessidade da **inovação tecnológica** ao serviço do desenvolvimento social, e muito particularmente ao serviço do cuidado aos idosos. A tecnologia não substitui a experiência ao cuidador e da pessoa cuidada, mas pode ajudar consideravelmente no alívio de certas tarefas e onde os recursos sejam mais escassos.

A inovação tecnológica está baseada na Internet das Coisas (IoT). No domínio da Saúde, para dar um exemplo, a telemedicina para acompanhamento rotineiro do estado de saúde do doente

crónico, quer em casa, quer mesmo na instituição, pode ser um contributo válido (e está testado). Em situações de isolamento (pessoa a viver só) ou a viver fora de aglomerados populacionais, e para evitar os constrangimentos da distância física e da distância-tempo de acesso aos Serviços, as age tech podem desempenhar relevante papel.

Este Plano arrasta consigo uma outra exigência: uma nova governance do desenvolvimento social em Ourém.

Uma nova governance significa que o PDS deverá ser gerido com uma **equipa de projeto** (Equipa PDS) multidisciplinar com elementos internos e externos à Autarquia comprometidos à sua execução e uma responsabilidade política cimeira. A liderança política deve estar ligada ao sucesso do Plano, e esse corresponde ao atingir dos objetivos traçados para cada Estratégia Local, desde logo (pela sua novidade no terreno).

Finalmente a disponibilidade para as atualizações necessárias a este documento, designadamente, ao nível das respostas sociais elencadas (e que resultam apenas do nosso conhecimento e da Carta Social).

Monitorização e Avaliação do Plano de Desenvolvimento Social

A monitorização e avaliação são peças essenciais na implementação de qualquer iniciativa ou projeto. Elas permitem confirmar a pertinência das medidas implementadas, durante a execução do Plano, para o enfrentamento dos problemas identificados, seja pela sua **prevenção** (pela antecipação do que não queremos que ocorra), seja pela **mitigação** (atenuação das suas consequências), seja pela **remediação** (ações restaurativas), seja ainda pela sua **erradicação** (eliminação definitiva do problema).

Estas hipóteses, que resultam em primeira mão de opções que se devem tomar antecipadamente relativamente a cada um dos problemas identificados, acabam, frequentemente, por estar condicionadas pelas próprias características dos problemas e pela evolução do Plano.

Nem sempre, porém, estas preocupações estão expressas, e é frequente encontrar Planos de Desenvolvimento Social que não incluem, tão-pouco, a monitorização e a avaliação de resultados. Para aqueles que o fazem, a monitorização realizada é, na larga maioria dos casos, aplicada exclusivamente a **indicadores relacionados com o processo** (o 'como') de que são exemplo: 'número de reuniões realizadas', 'número de pessoas que participaram em ações de formação', 'número de horas despendidas na ação x, y ou z', entre outros.

Não deixando de ser importante a avaliação da qualidade e nível de execução destes indicadores, é paradoxal não existirem indicadores para avaliar o impacto e os resultados últimos das ações realizadas, como por exemplo: 'diminuição da taxa de criminalidade' ou a 'redução do número de jovens sinalizados como vítimas de negligência parental'. Nesta perspetiva, estamos a trabalhar com **indicadores de resultados**, não tanto com indicadores de processo.

Neste Plano iremos identificar, para as respostas sociais existentes e para as que serão propostas, os indicadores de avaliação de resultados, deixando ao critério do Município a fixação das metas a atingir (o 'quando' e o 'quanto'), sugerindo que se venha a optar por uma tríplice ótica dos resultados (eficiência, eficácia e efetividade), com eventuais diferenças na ponderação de cada uma.

Tratando-se de uma intervenção com um horizonte temporal de 4 anos – 2024-2027 – será desejável a definição de metas intermédias, facilitando a avaliação do progresso e a identificação de áreas de melhoria.

A este propósito, e no contexto da avaliação do impacto das políticas sociais é fundamental a criação de instrumentos e metodologias que permitam a sua avaliação contínua.

Como exemplo de instrumentos passíveis de utilização, destacam-se os seguintes:

- A recolha do feedback (reação) dos cidadãos e parceiros da Rede Local, de que o CLAS é um exemplo, através de Inquéritos, focus group, ou reuniões;
- A atualização do Diagnóstico Social, através da implementação de um Sistema Local de Informação (SIL) para a sua atualização contínua (apresentado no documento do Diagnóstico);
- A realização anual de Seminário, Conferência ou Workshop com as instituições e organizações parceiras na implementação do Plano de Desenvolvimento Social para apresentação de resultados e partilha de dificuldades e boas-práticas.

Com um direcionamento mais interno (para a equipa de gestão do PDS), pensando na necessidade de incorporação dos indicadores, da sua medição, do estabelecimento de metas para as áreas de intervenção e Estratégias Locais, e da sua articulação, sugere-se fortemente o recurso a uma ferramenta de gestão de projetos, que reúna os seguintes recursos:

- o Planeamento seccionado e integrado do projeto
- Gestão das ações
- o Rastreamento das ações
- Georreferenciação das ações (em articulação com os meios já existentes e com o desejável SIL
- Módulo gráfico (dashboard)

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) de Ourém assume-se como um instrumento prospetivo, orientado para a promoção de um desenvolvimento social inclusivo e sustentável.

O PDS é um instrumento de trabalho para o futuro.

A mudança social em curso encarregar-se-á de estimular a sua atualização permanente, mas não o dispensará.